

SOBRE OS ELEMENTOS QUE FUNDAMENTAM AS PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA ANTROPOLOGIA

Wanderley Gurgel de Almeida¹

RESUMO

Apresenta os elementos utilizados para a fundamentação teórica da Antropologia, segundo releitura dos clássicos desta Ciência. Vem da preocupação de se obter um delineamento de categorias e definições como as de Etnografia, Etnologia e Antropologia; tempo e espaço; sociedade e cultura. Considerando os textos examinados e compreendidos no presente trabalho, conclui-se que as discussões acerca de teoria e prática, objeto/sujeito e trabalho de campo não possuem fronteiras e vêm marcando a construção da Antropologia desde ontem até a contemporaneidade, consistindo-se uma via de afirmação teórico-metodológica.

Palavras-chave: Teoria e Prática – Objeto/Sujeito – Trabalho de Campo.

¹ Licenciado em Ciências Sociais e especialista em Metodologia do Ensino Superior e da Pesquisa Científica pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte; mestrando em Antropologia Social (2006) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Formador de professores das séries iniciais do Ensino Fundamental pela Universidade Estadual de Roraima.

RESENHA

É indiscutível o valor de uma entre as Ciências Sociais, a Antropologia, para compreender, explicar e sugerir possíveis intervenções institucionais. Uma formação que atenda a este fim se inicia, portanto, com o *conhecimento acerca dos elementos que fundamentam as perspectivas teóricas da Antropologia*, porque se correria o risco de analisar a algo que não se sabe bem do que é, ou seja, daquilo de que se está estudando. Assim, este texto não pretende trazer nenhum posicionamento ou discussão inédita, mas apenas exercitar uma elaboração teórico-metodológica, como um material a mais para ser criticado por aqueles que fazem e/ou interessam-se pela Antropologia Social.

Toma-se a princípio, o texto de Lévy-Strauss (1975). Na primeira parte – Introdução: história e etnologia (p.13- 41) –, mediante a tessitura em que ele dispõe e conjuga suas idéias, trata da história da Antropologia em seus espaços e tempo bem como dos grupos por ela estudados quando de seu advento, avaliando, analisando e conceituando categorias. Traz, também, sua opinião sobre a finalidade da Etnologia e estabelece ponderações metodológicas.

A seguir, soma-se o trabalho de Cardoso de Oliveira (1988). Na sua abordagem das categorias do pensamento antropológico, ele desenvolve o texto mediante relação às contribuições de filósofos, sociólogos e antropólogos.

Correlata à elaboração de Cardoso de Oliveira, considera-se a boa argumentação feita por Jean Copans (1989), quando procura dar uma interpretação às fases de organização da Antropologia ao que categorizou “tempo e tradição”, mediante ponderação quanto: tarefas, desafios e matrizes desta ciência.

Uma vez alcançada uma trilha na história da Antropologia, viés que todos os textos permitem, e munindo-se dos pilares teoria e prática, carece-se de uma reflexão sobre **um sentido de sociedade**, sem a qual a identificação dos *elementos que fundamentam as perspectivas teóricas da Antropologia*, cair-se-ia no discurso vaziam. Mesmo reconhecendo que os três primeiros Autores fazem considerações filosóficas, isto vem bem mais à tona por Viveiros de Castro (2002) quando: persegue a necessidade de um sentido ou condição (p. 297-300); busca concepções que contemplem a variedade de sociedades humanas (p. 300-302); quer delimitar fronteiras e antinomia *desta* com a cultura (p. 302-306); resgata a classificação de *seus* tipos (p.306-312) e as deficiências paradigmáticas que as têm acompanhado (p.312-316).

Se convier uma problematização que possa mobilizar esta discussão, seria: há elementos comuns entre as teorias antropológicas? Sendo a resposta afirmativa, que elementos são estes e em que “medida” se (des) completam? Como isto se amolda em face do contexto que propiciou o nascimento da Antropologia?

Escrito por volta do ano de 1949, tempo em que a reconstrução da França¹ iniciara, **Lévi-Strauss** (1908-) produz o texto ora examinado. Publicando-o pela primeira vez em 1958 [Francês] e 1975 [Português], seu esforço concentra-se na elaboração de uma Antropologia sólida, uma Antropologia eminentemente voltada para as *estruturas dos fenômenos sociais*. Trata-se de um texto bem escrito em que logo distingue Etnologia de História – o objeto eixo. Para a primeira, arcaria a finalidade de buscar nesses fenômenos, as *razões inconscientes*, espaço sobre os quais essas estruturas se firmariam, enquanto que a segunda, se responsabilizaria por encontrar os *fatos conscientes* por sua coleta e organização de documentos (p.14-5).

Correlacionando a problematização posta com o texto de Lévi-Strauss, há de se concluir que ele assume uma elaboração consistente. Empenha-se, pois, em ratificar a necessidade de categorização [razões inconscientes/conscientes - normas]; de sujeito-objeto [forma/conteúdo] e um outro elemento de prática metodológica concreta e individualizada [definição de campo].

Pelas faces em que defendia a manifestação do objeto de estudo da Etnologia, percebe-se a inter-relação destes ao seu princípio filosófico [já que era filósofo] forjado a partir da lingüística saussureana e de Roman Jakobson; da Psicologia da Gestalt, de Max Wertheimer; da reflexão do *Ser*, de Jean-Paul Sartre, mobilizando-os de tal modo a conjecturar que uma sociedade se mantém por quanto suas instituições se articulam, condição prévia inspirada nos trabalhos de Franz Boas (1858-1942) por ocasião de seus estudos com a Antropologia americana e de seus próprios trabalhos de campo, numa modelagem construída segundo uma realidade empírica. Entre tantos conceitos por ele criados, elabora o de *estrutura* como um sistema de relações recíprocas entre parentesco, economia e linguagem.

Lévi-Strauss, assim, conjuga-se a seu tempo e espaço, não apenas sob uma condição epistemológica para a Etnologia. Mais do

¹ Dada a grande destruição por ocasião da II Guerra Mundial.

que isto dialoga com e sobre os problemas de seu tempo, por exemplo, como reorganizar as idéias que delineariam a reorganização da sociedade ocidental.

Submetendo as mesmas interrogantes ao texto de Cardoso de Oliveira (1988), encontrar-se-á uma mesma preocupação filosófica, sociológica e antropológica para o estabelecimento destes *elementos que fundamentam as perspectivas teóricas da Antropologia*.

Primeiro, por que ao escrevê-lo para uma reunião da Associação Brasileira de Antropologia [Brasília, abril de 1984] – período antecedente a redemocratização do Brasil e faz, logo na abertura, referência a um evento similar [Normandia – Fr, agosto de 1955], citando o filósofo alemão Martin Heidegger que questionava uma nova tendência sua: o *Ser da Filosofia*, “... *pautada no esmiuçamento da tradição e da linguagem, submetidas ambas a um infalível exercício hermenêutico*” (p. 13). Isto fazia, provavelmente, com a intenção de se refletir sobre que Antropologia seria importante para o Brasil, tanto no sentido epistemológico quanto político.

Considerando ser uma “empresa” [grifo nosso] de caráter interpretativo, mas com um bom nível de compreensão de si “estranhando-se a si mesmo” [grifo do Autor] (op. Cit), Cardoso de Oliveira, assim como Lévy-Strauss, pensará sobre uma finalidade para a Antropologia:

(...) não seria a boa etnografia função dessa mesma capacidade de espantar-se, menos talvez com o outro, mas certamente mais consigo mesmo, com esse ‘estranho’ modo de conhecer que para nós se configura ser a Antropologia? Conhecer o outro e conhecer-se não são, afinal de contas, para essa modalidade de antropologia (sic), as faces de uma mesma moeda? (p. 14).

Examinado a esta e a outras seções do texto em foco, identifica-se o empenho de Cardoso de Oliveira pelas mesmas categorias: teoria e prática, objeto/sujeito e trabalho de campo. Para elaborar seu posicionamento, refere-se ao representante da tradição intelectualista ou racionalista – Durkheim, a Rivers – tradição empirista anglo-saxão, e a Boas – do culturalismo americano. Não se referindo a Lévy-Strauss, este antropólogo reconhece a necessidade não só de se pensar nos fundamentos desta ciência, mas em se atribuir a isto um compromisso que rompesse com o modelo profissionalístico, livresco, enfim, a ciência

pela ciência. E interroga sobre: “(...) *os modos de viver, de pensar e de conhecer de outros povos ou de diferentes setores da sociedade a que pertencemos?*” Afinal, qual seria, então a “*matriz disciplinar*” (p. 15). Para ele, uma definição seria “*a articulação sistemática de um conjunto de paradigmas, a condição de co-existirem no tempo, mantendo-se todos e cada um ativos e relativamente eficientes*” (op.cit.).

Interpretando as fases da história da Antropologia, Cardoso de Oliveira esboça, encontra-se uma caracterização cartesiana. Assim informa:

Na linha horizontal abrigaria as tradições intelectualista e empirista [...], a linha vertical conteria as perspectivas polarizadas no interior da “categoria” tempo (ou crono, se preferirem), sendo uma sincrônica [...] e outra diacrônica [...]. Os espaços assim obtidos ficam divididos em quatro domínios, estruturalmente determinados [...] a tradição intelectualista cruzada com a perspectiva sincrônica; criando um lugar a ser ocupado pelo “paradigma racionalista” [...] a “Escola Francesa de Sociologia”; [...] no segundo, a tradição empirista cruzada com a mesma perspectiva sincrônica, redundando no domínio do “paradigma estrutural-funcionalista, expresso na “Escola Britânica de Antropologia”; [...] no terceiro, continuando nessa mesma tradição empirista mas cruzando com a perspectiva diacrônica, abrir-se-ia o domínio do “paradigma culturalista, na forma em que é atualizado pela “Escola Histórico-Cultural norte americana”; e, finalmente, [...] retomando a tradição intelectualista e cruzando com a mesma perspectiva diacrônica, ter-se-ia o quarto domínio – o de um “paradigma [...] hermenêutico”, gerador de uma modalidade de antropologia (sic) dita “interpretativa” (p.16-7).

Notadamente, tanto Lévy-Strauss quanto Cardoso de Oliveira, concordam que *os elementos que fundamentam as perspectivas teóricas da Antropologia advêm com* a própria história desta ciência de tal modo que teoria e prática, objeto/sujeito e trabalho de campo tornam-se contíguas quando da organização das “comunidades do pensamento antropológico” (p.17). Este antropólogo após recuperar a toda uma geração de produções do século XIX, refere-se a Clifford Geertz para criticar ao “conceito de homem criado pelo estruturalismo [...] dissociado de qualquer historicidade...” (p.18.), o que também o faz com aqueles do século XX, sendo que a noção de tempo, importante para Lévy-Strauss, é excluída por Radcliffe-

Brown; e, em Rivers, expulsava-se o indivíduo como objeto de investigação da Antropologia.

O mesmo acontece com a noção de tempo. Boas e Kroeber “recuperam a noção de cultura desprezada por River e renegada por Radcliffe-Brown” (p.19). E, com Tylor o *tempo* volta com a reintrodução da história junto com o interesse pelo indivíduo como no pensamento de Ruth Benedict, Margareth Mead, Kluckhoh, Sapir, que se voltam para entender processos de mudança.

Cardoso de Oliveira em seu texto, conclui que:

Os paradigmas sobrevivem, vivendo um modo de simultaneidade, onde todos *valem* à sua maneira (própria de conhecer), à condição de não se desconhecerem uns aos outros, vivenciando uma tensão da qual – a meu ver – nenhum dentre nós pode se furtar de levar em conta na atualização competente de sua disciplina e de seu ensino (p.22-3).

Assim, ante o exposto, Cardoso de Oliveira aproxima-se ao mesmo “alinhamento” em que Malinowski, Evans-Pritchard, Leach, Schneider, Godelier e Louis Dumont: àquela de não ter nenhuma filiação, ao contrário de Lévy-Strauss que se declara estruturalista (p. 23).

Em seu texto, **Jean Copans** (1989) novamente obtém-se os percursos históricos, filosóficos e sociológicos da Antropologia. Considerando-se que no final da década de 80, inicia-se a um período de releitura dos clássicos das Ciências Sociais, o Autor (a.n.?) avalia como uma “curiosidade natural” (p.17), o intuito de se entender melhor os princípios de uma ciência., para o aprimoramento do estudo dos fenômenos humanos e sociais, particularmente, o que não é exclusivo a esta ou aquela ciência, apesar de tratarem de um mesmo objeto: o *outro*.

Se durante a Idade Média o discurso sobre o *outro* servia mais à defesa de colonizadores no ocidente, recai sobre ela a primeira reflexão ideológica a partir do conteúdo de crônicas, memórias, ou seja, da literatura proto-antropológica de Árabes, Persas, Indianos, Chineses, o que melhor é sistematizado nos dois últimos séculos (XVII e XVIII) da Idade Média, “[...] sobre a natureza das sociedades e do Homem em geral” (p.18). É inegável que todos os elementos recuperados desses documentos e as reflexões que deles vieram, permitiram um sutil conhecimento sobre o *seu* passado, como aqueles citados pelo Autor [Fontenelle, Bayle, Montesquieu, entre outros] que procuraram “... explicar as diferenças e as semelhanças,

[as origens e as evoluções das sociedades” (p. 18), literatura em que são mencionadas pela primeira vez, as duas palavras originárias para a Antropologia: *etnologia* em 1787 (Chavannes, *apud* COPANS, *op.cit*), como um ramo da filosofia da história e *etnografia* (Balbi, *apud* COPANS, *op.cit*), referindo-se à classificação de grupos humanos a partir de suas características lingüísticas.

O mesmo Autor também lembra “do projeto teórico dos trabalhos de campo” (op. Cit.), local em que também considera uma mudança na utilização de método e técnicas, tendo havido uma “migração” no final do século XVII, do estudo literário para um outro, por exemplo, uma preocupação mais empírica voltada para a Antropologia Física, sempre na busca de uma reconstituição de uma linha evolutiva humana.

E ao mencionar um “*panorama de um itinerário teórico*” (p. 19), refere-se a ele como uma realidade e uma comodidade ilusória. Faz isto assinalando que, sempre, a literatura científica durante todo esse tempo, vem permanecendo em um posicionamento pendular, ora em que esta escola antropológica é competente, ora uma outra, até mesmo baseando-se em evidências². Algo semelhante foi posto por Cardoso de Oliveira reconsiderado neste trabalho, exceto não fossem as críticas parcialmente favoráveis, que Copans faz tão bem àquelas produções de Morgan, Tylor, Boas, Malinowski, Lévy-Strauss e à geração culturalista americana (p. 19-22).

Com relação ao texto de **Eduardo Viveiro de Castro** (2002), sobre “*o conceito de sociedade em antropologia*”, deve-se considerar que por ser uma produção contemporânea a Spencer, comenta o Autor em uma nota de rodapé, trata-se de um conteúdo, estilo e dimensões limitados e de que se deve mesmo é tê-lo como um “mapa muito geral” (p.297).

Ele inicia afirmando ser o conceito de sociedade, inerente, constitutivo e exclusivo à natureza humana, mais precisamente, o corolário de que todo comportamento humano será menos somático que conseqüente de uma assimilação coletivamente adquirida. Portanto, instituído, melhor denominado por Lévy-Strauss (1967) e Fortes (1983) de sentido moral e prescritivo-regulativo ou cognitivo e descritivo-constitutivo.

² O autor neste momento do texto está se referindo aqueles que se seguravam na idéia de evolução histórica baseada no progresso técnico e econômico do início do século XIX.

Quanto aos conceitos de sociedade que são encontrados no texto, o primeiro contempla:

Uma designação aplicável a um grupo humano com alguma das seguintes propriedades: territorialidade, recrutamento principalmente por reprodução sexual de seus membros; organização institucional relativamente auto-suficiente e capaz de persistir para além do período de vida de um indivíduo; distintividade cultural (Firth, *apud* CASTRO, p.298).

Firth categorizará que se o objeto da Antropologia está na sociedade, considerar-se-á dois componentes: o institucional-relacional [povo] ou o cultural-ideacional do grupo [sistema ou organização social]. Ao aspecto teórico, assinala que este amadurecimento a que se procura trazer com a problematização expressa na página 3 deste trabalho, advêm desde a instauração do método comparativo, o culturalismo e o funcionalismo que, juntos, se opuseram àquelas tipologias especulativas de Boas; ao universalismo de Malinowski; dos estruturalismos de Radcliffe-Brown e Lévy-Strauss e o neo-evolucionismo de White e Steward.

Nos anos 60, a Etnografia deixa o olhar exclusivo do etnógrafo, transitando para outros e diversos olhares, ao que diz a nomenclatura “etnoconcepções” (p.299), todavia limitada a uma concepção maior, a de cultura. Isto termina por concorrer para o domínio de uma entre as duas imagens de sociedade: *societas* [individualista – horizonte pré-moderno] e *universitas* [holística - jusnaturalismo] (Dumont, *apud* CASTRO, p. 300). Assim, reconceitua-se *sociedade* como

Um artifício resultante da adesão consensual dos indivíduos, guiados racionalmente por interesses, a um conjunto de normas convencionais [...] fundada na idéia de um todo orgânico preexistente empírica ou moralmente a seus membros que dele emanam e retiram sua substância: a sociedade é uma unidade corporada orientada por um valor transcendente; ela é um universal concreto onde a natureza humana se realiza (op. Cit.).

Da essência holística, elaborou-se a denominação Antropologia Social – britânica – do racionalismo francês e escocês [XVII] e a Cultural – americana – radicada ao Romantismo alemão [XIX] diretamente da obra de Boas vinculando o *individualismo* da *societas* e o *holismo* da *universitas* (p. 301), condições que

tangeram para o seio da Antropologia os pares binários natureza/cultura e indivíduo/sociedade construindo o seguimento que persegue: continuidade/descontinuidade, sociedade/cultura, o que parece, vêm percorrendo a reflexão desde Spencer, Durkheim e Boas entre seus contemporâneos. Um dilema teórico que ainda enfrenta as mais calorosas discussões até os dias de hoje.

FONTES CONSULTADAS:

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Tempo e tradição: interpretando a antropologia, *in: Sobre o Pensamento Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988, p. 13-25.

COPANS, Jean. Da Etnologia á Antropologia. *In: Antropologia, ciência das sociedades primitivas?*, Lisboa: Ed. 70, 1989, p. 13-23.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O conceito de sociedade em Antropologia, *In: A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac e Naify, 2002, p. 297-316.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução: história e etnologia. *In: Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985, p. 13-41.